

SOTAVE – SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte nº 500 268 894 - Capital Social € 2.000.000,00
Matrícula nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas
Amieiros Verdes – 6260 Manteigas

«»

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Senhores Accionistas da Sotave – Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S. A., NIPC 500.268.894, sociedade anónima com sede no lugar de Amieiros Verdes, concelho de Manteigas, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Manteigas sob o nº 1, presentemente com o capital social de € 2.000.000,00, para, nos termos da lei e nos do art. 12º, nº 3 do pacto social, se reunirem em Assembleia Geral no próximo dia 31 de Março de 2004, pelas 10.30 horas, na sede social, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Ratificar a designação, por cooptação, de Francisco José Ascensão Fraga para Administrador, ocorrida em 29 de Agosto de 2003.
2. Apreciar, discutir e votar o relatório da gestão e as contas apresentados pelo Conselho de Administração respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.
3. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativos ao mesmo exercício.
4. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade durante o exercício em causa.
5. Deliberar sobre a autorização para a compra e venda de acções próprias da Sociedade.
6. Deliberação sobre o pagamento de pensões de reforma aos ex-administradores da Sociedade.

Observações:

Como resulta do disposto nos artigos 11º, nºs 1, 2 e 4 do pacto social e do artigo 384º, nº 2, alínea a), do Código das Sociedades Comerciais, apenas poderão tomar parte na Assembleia Geral os accionistas que possuam o mínimo de 100 acções da sociedade e que façam prova da respectiva posse, nos termos estabelecidos no nº 3, do artigo 11º daquele pacto, até ao quinto dia anterior ao da reunião.

Os documentos relevantes, nomeadamente os referidos na alínea e) do art. 289º do Código das Sociedades Comerciais, estarão à disposição dos accionistas, na sede social, nos quinze dias anteriores à data da reunião da Assembleia Geral.

O voto pode ser exercido por correspondência.

Os accionistas interessados em exercer o direito de voto por correspondência devem dirigir uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, endereçada para a sede da Sociedade, sita no lugar de Amieiros Verdes, concelho de Manteigas, que encerre um sobrescrito fechado por cada ponto da ordem de trabalhos sobre que pretendam votar, mencionando cada sobrescrito tratar-se de um voto por correspondência, a reunião da assembleia geral e o ponto da ordem de trabalhos a que se refere; dentro de cada sobrescrito deve o accionista declarar o seu sentido de voto, nomeadamente tomando posição relativamente a quaisquer propostas antecipadamente apresentadas à assembleia geral; cada declaração de voto deve ser assinada, devendo a assinatura ser reconhecida ou objecto dos procedimentos legalmente tidos como equivalentes.

A consideração dos votos por correspondência fica dependente de os accionistas que recorram a tal possibilidade fazerem prova da sua qualidade de accionistas, nos termos gerais.

Só serão considerados os votos recebidos até ao 5º dia anterior ao dia da reunião, inclusive.

Caberá ao Secretário da Sociedade organizar a votação por correspondência, e em especial:

- a) abrir os votos;
- b) verificar a qualidade de accionista e o número de votos do votante;
- c) verificar a autenticidade dos votos;
- d) assegurar a confidencialidade dos votos até ao momento do início da votação do ponto da ordem de trabalhos a que respeitam.

Amieiros Verdes, dia 19 de Fevereiro de 2004

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr^a Maria Margarida Medeiros)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I – Introdução

Dando cumprimento ao estabelecido na lei e no pacto social, a Administração vem apresentar aos Senhores(as) accionistas, o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2003.

II – Envolvente externa

O ano de 2003 constituiu um dos períodos em que a Sotave – Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S. A. terá enfrentado maiores desafios, numa envolvente particularmente adversa, em especial ao nível macroeconómico, tanto no plano externo como no plano interno.

Ao longo deste período, persistiram desequilíbrios assinaláveis, apesar da melhoria registada na evolução da economia global, a qual permite manter algum optimismo quanto ao cenário de recuperação económica, que se espera venha a registar-se em 2004, ainda que não isento de alguns factores de risco.

Ao nível da economia americana, as estimativas para o crescimento, em 2003, foram revistas em alta, para 3,1%, sendo que os cortes nos impostos, juntamente com a manutenção de elevados gastos em defesa, deverá fazer aumentar o já elevado défice orçamental, parecendo haver interesse na manutenção de uma trajectória de queda para o dólar, pelo que se deverá destacar o facto de a recuperação da economia norte americana durante os próximos trimestres poder ainda causar alguns desequilíbrios.

Ao nível da zona euro, o crescimento económico do terceiro trimestre de 2003 deveu-se principalmente ao comportamento positivo das exportações. A Comissão Europeia acredita que a recuperação económica, iniciada no 3º trimestre de 2003, deva acelerar ao longo de 2004, projectando um crescimento para o PIB, de 1,8% em '04 e 2,5% em '05, mantendo-se algumas dúvidas sobre o “desfecho” das reformas estruturais que se encontram em curso nalguns países da zona euro, nomeadamente na Alemanha e França. As surpresas que possam surgir ao nível da trajectória da inflação poderão levar o BCE a ter de subir taxas – já se encontram em níveis historicamente baixos - mais cedo do que o esperado, o que poderá não ser possível de imediato face à necessidade de desvalorização do euro relativamente ao dólar.

No caso português, o Banco de Portugal reviu em baixa a sua previsão para a evolução do PIB em 2003, estimando agora uma contracção de 1.125%, contra a previsão de uma quebra de 0,5% em Junho.

Avolumam-se os sinais de que o ponto mais baixo do ciclo de contracção terá já sido atingido. Contudo, a procura interna continuará fragilizada pela necessidade em prosseguir o processo de correcção de desequilíbrios, tanto a nível micro (endividamento dos agentes económicos) como macro (correcção dos défices público e externo).

Os sinais de retoma dos nossos principais parceiros são factores que poderão sustentar um cenário mais favorável para a evolução das exportações.

Em termos prospectivos, a recuperação da procura interna será lenta, sendo que o consumo continuará coibido pela deterioração do emprego, pela necessidade de redução do endividamento, que, segundo o BP, voltou a aumentar em 2003, e pelo crescimento moderado dos salários.

Os indicadores que avaliam o investimento continuam a indicar um comportamento anémico, dado o esgotamento do sector da construção, e porque as indústrias continuarão a pautar-se por comportamentos cautelosos até que a procura interna e externa ganhe novo dinamismo.

Entretanto, a confiança dos industriais apresenta alguns sinais de ligeira melhoria, o que deverá fundamentalmente resultar, de expectativas mais favoráveis quanto ao desenvolvimento da procura externa, originando, conseqüentemente, uma pequena aceleração das exportações.

A redução das receitas dos impostos directos, assim como o decréscimo registado no investimento, continuam a sugerir a manutenção de fraco crescimento económico e de dificuldades de redução do défice público, durante os próximos tempos.

III – Evolução da Estrutura e dos Recursos

Apesar dos sinais de melhoria do clima económico, a actividade da Vossa empresa não deixou de ser influenciada por um factor determinante: a demora do processo de retoma da actividade económica em Portugal, nos nossos principais parceiros e nos mercados seleccionados para a expansão internacional.

Não obstante, o ano de 2003 foi rico em acontecimentos marcantes.

No plano da organização, deu-se continuidade às principais linhas de estratégia de actuação, identificadas no 2º semestre de 2002, com vista a uma reestruturação conducente ao controlo da produção, ao aumento da produtividade, da qualidade e das vendas.

Ao nível dos recursos humanos, reforçámos a política de emagrecimento que vinha a ser seguida, no sentido de redução do número de efectivos para menos de 240 trabalhadores.

Consideramos, contudo, que a redução do quadro de pessoal continua a ser ainda insuficiente, face à conjuntura económica actual e à realidade presente e futura da empresa, tendo em conta a evolução tecnológica que se tem verificado.

No âmbito da formação profissional, foram desenvolvidas acções formativas a que nos tínhamos candidatado no âmbito do P.O.E.F.D.S./03, tendo sido ministrados vários cursos, nomeadamente dirigidos às chefias da empresa, principalmente no sector da confecção, desenvolvimento de competências de operadoras de costura, técnicas de tinturaria e acabamentos, e na área de informática, formação em Excel Avançado.

Nesta área, promovemos ainda a candidatura ao P.O.E.F.D.S./04, numa óptica de continuidade da política de formação profissional que tem vindo a ser seguida.

Relativamente ao projecto de informatização, procedemos, na área produtiva, à informatização do armazém central de fios, e armazém de fios para o sector da tecelagem, estando em fase final a informatização do armazém de fios para o sector das malhas. A informatização dos armazéns de matérias subsidiárias e de consumo foi concluída até ao final do ano de 2003. Na área comercial, informatizámos a gestão de encomendas e facturação, quer do sector de tecidos e têxteis lar, quer do sector de fios, encontrando-se em fase de desenvolvimento o software destinado à gestão comercial do sector das malhas.

O Planeamento e controlo da produção constituem a fase final de todo o processo, que desejamos concluir no decurso do ano de 2004, uma vez que a disponibilidade de recursos humanos e a celeridade no desenvolvimento e aperfeiçoamento de software, não o permitiram antes.

Na vertente industrial, procedeu-se à criação do novo armazém de fios da tecelagem, e à instalação do novo sector das metedeiras de fios, tendo-se dado continuidade à política de ajustamento em alguns lay-out's fabris, principalmente nos sectores de tricotagem e confecção de malha.

No sector das malhas, deu-se continuidade à implementação da consultoria técnica contratada no 2º semestre de 2002, com o Citeve, com vista à sua reestruturação e melhoria da produtividade, tendo a mesma sido concluída até ao fim do ano de 2003.

Desenvolveram-se acções, com vista à manutenção de edifícios fabris e equipamentos, com o objectivo de obter melhores condições de trabalho, e remodelou-se uma moradia da empresa para instalação de colaboradores externos.

Na vertente comercial, o primeiro semestre revelou-se extremamente desfavorável, com insuficiência de encomendas, em todos os sectores, mas particularmente nos de fios e malhas, tendo-se optado, como linha de força de actuação, centrar todos os esforços na redefinição e dinamização de uma política comercial agressiva para criar novos produtos e captar novos mercados.

Além disso, continuámos a política de renovação de produtos, o que possibilitou a criação de novas colecções de tecidos, quer para a época de Primavera – Verão, quer para a época de Outono - Inverno, e a criação de nova colecção de malhas para a época de Verão, mais de acordo com as tendências actuais. Por outro lado, deu-se continuidade à implementação de uma estratégia de mercado, mais do que de produto.

Entretanto, procedeu-se à renovação dos estatutos da Sociedade e estivemos presentes em diversos eventos comerciais, com vista à promoção dos produtos da empresa, nomeadamente na Heimtêxtil – Frankfurt, Casatêxtil e Modtíssimo – Porto, para além da presença no mercado dos E. U. A., Reino Unido, Textilhome em S. Paulo - Brasil, Tissus Premier e Première Vision – França, tendo ainda sido preparada a participação da empresa na Heimtêxtil/04, e na Feira de Lille – França.

IV – Evolução dos negócios

A actividade nacional e internacional, como já referimos, foi marcada por uma envolvente desfavorável, que agravou os efeitos da fase de lançamento em que parte dos projectos ainda se encontram. Apesar de todo o esforço de reestruturação, de dinamização comercial e de expansão dos segmentos de negócio mais atractivos, a sua contribuição foi negativa no primeiro semestre de 2003, tendo afectado consequentemente o nível de actividade, e implicado uma quebra de 30,4% nas vendas realizadas neste período, relativamente ao primeiro semestre do ano anterior – 2002.

Não obstante esta realidade adversa, conseguimos, ainda assim, recuperar no 2º semestre, e terminar o ano de 2003, com um volume de vendas apenas inferior ao do ano de 2002, em cerca de 12,8%, recuperação que se ficou a dever essencialmente ao melhor desempenho das exportações, no âmbito do sector dos têxteis lar, por via de negócios firmados no âmbito do processo de internacionalização, nomeadamente com os E.U.A., as quais cresceram cerca de 150% em relação ao ano anterior.

Por outro lado, sofremos, ainda, as consequências da retracção do volume de negócios que se verificou no sector têxtil, o que nos ocasionou um decréscimo de 23,1% nos serviços prestados a terceiros.

V – Análise económico – financeira

Em virtude de se ter registado um decréscimo das vendas de 12,8%, conforme já referido, os resultados operacionais resultaram negativos, tendo-se verificado um agravamento relativamente ao mesmo período do ano anterior, em cerca de 424.102 euros. Esta situação deveu-se, fundamentalmente, à redução acentuada dos proveitos operacionais, por via das vendas, e da prestação de serviços que acompanhou a mesma tendência daquelas.

No que respeita aos resultados operacionais, será de realçar o decréscimo dos custos com o pessoal (cerca de 110.839 euros), e *ainda* o reforço das amortizações (cerca de 25.951 euros) e o aumento dos fornecimentos e serviços de terceiros (cerca de 221.374 euros).

O incremento nesta rubrica de custos está relacionado com um maior esforço no aumento de actividade da empresa, principalmente através de exportações, com a participação em feiras e outros eventos no mercado externo, custos de comunicação, seguro da carteira de clientes do mercado externo, transporte de mercadorias para clientes do mercado externo, serviços de consultoria técnica, e, por fim, com o aumento dos prémios de seguro inerentes à cobertura de activos – edifícios, equipamentos e existências de matérias primas e produtos acabados e em vias de fabrico -, cuja actualização passou a reflectir um valor mais próximo da realidade.

Os reflexos da conjuntura económica globalmente desfavorável que se registaram, os quais, naturalmente, não se encontram incluídos nos poderes inerentes à gestão da sociedade, não permitiram que os resultados operacionais obtidos espelhassem o esforço desenvolvido, no sentido de imprimir outra dinâmica, tendo, ao invés, anulado esse esforço e adiado as expectativas criadas, para os próximos meses.

No que respeita às restantes rubricas da Demonstração dos Resultados, deve salientar-se, que os custos e perdas financeiros foram ligeiramente superiores aos do ano anterior, mas quase compensados pelos proveitos e ganhos financeiros. Os resultados financeiros obtidos, foram, ainda assim, superiores aos do ano transacto, pese embora, o maior recurso ao desconto de papel comercial no período em apreço, fruto das dificuldades de liquidez do mercado.

Por fim, os proveitos extraordinários obtidos, também, mais do que compensaram os custos e perdas extraordinários, devido à imputação ao exercício de parte dos incentivos recebidos, no âmbito de investimentos anteriores ao abrigo do SIMIT.

Considerando os aspectos acima mencionados, os resultados líquidos foram negativos, no montante de 793.830,84 €, o que reflectiu um agravamento, face ao exercício anterior, mas que esperamos compensar no próximo exercício, em face das expectativas de recuperação económica global.

De salientar, ainda, que, apesar da redução dos proveitos operacionais no exercício de 2003, associada a acrescidas dificuldades de liquidez do mercado, foi possível a redução do endividamento bancário, em cerca de 5%, relativamente ao ano anterior.

Em face de tudo o referido, a autonomia financeira da empresa, que se elevaria a 67,79% se não tivesse sido efectuada a relevação contabilística da Provisão para Pensões de Reforma no decurso de 2002, situava-se no final do exercício de 2003, em 59,43%.

Tendo em conta a legislação em vigor, deve referir-se que:

- Não existem débitos em mora ao sector público estatal;
- Foram mantidos os critérios valorimétricos que têm vindo a ser adoptados, baseados nos preços de factura das matérias-primas e subsidiárias, bem assim dos acessórios não utilizados, corrigindo-se os produtos acabados e em vias de fabricação com os custos das operações efectuadas;
- As amortizações foram calculadas de forma consistente com os anos anteriores, totalizando 456.791,37 euros e foram contabilizadas de harmonia com as normas legais em vigor. As provisões contabilizadas, no valor de 16.487,13 euros, permitem o acautelamento sobre os créditos de cobrança duvidosa.
- O número total de acções detidas pela empresa, em 31 de Dezembro de 2003, era de 39.340 acções a um preço médio final de 3,88 Euros, das quais apenas 100 acções foram adquiridas no primeiro semestre ao preço médio de 4,50 Euros.
- Como habitualmente, foi considerada ao nível da contabilização dos custos, a especialização do encargo com férias e subsídio de férias, e ao nível dos proveitos, a reposição da parte devida das amortizações respeitantes ao equipamento adquirido ao abrigo do Sistema de Incentivos à Modernização da Indústria Têxtil – SIMIT, no valor de 51.863,71 euros, do projecto de Reestruturação, no montante de 1.409,64 euros, e do P.O.E.F.D.S / 02, no montante de 7.042,21 euros.
- Não se procedeu ao pagamento de dividendos antecipados.

- Declara-se que não ocorreram factos relevantes após o fim do exercício, e que os elementos prestados nesta informação são verídicos, não havendo na mesma, omissão que altere significativamente o seu sentido.

VI – Perspectivas futuras

No ano de 2004, manter-se-ão os desafios à actividade da Vossa empresa, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Consideramos estar melhor preparados e esperamos o retorno das medidas implementadas anteriormente, nomeadamente com a implementação do projecto de informatização, a consultoria técnica para o sector das malhas, a criação das novas colecções de tecidos e de malhas, e ainda, como resultado do elevado esforço de internacionalização, dos contactos desenvolvidos com clientes do mercado externo com os quais já efectuámos negócios, e clientes potenciais de mercados intracomunitário e outros.

Neste momento, vários indicadores fiáveis permitem sustentar uma expectativa positiva quanto ao início de uma efectiva recuperação económica em 2004. Na verdade, continuamos a acreditar que as acções desenvolvidas anteriormente terão um reflexo positivo nos proveitos e custos do ano de 2004, tanto mais que é sentimento global que o contraciclo em que os agentes económicos têm vivido já terá atingido o seu ponto mais baixo, e que a retoma já teve o seu início.

Por outro lado, as várias acções encetadas no plano comercial, nomeadamente a contratação de agentes comerciais em vários países comunitários (Inglaterra, Alemanha, França), e o projecto de internacionalização de marcas portuguesas levado a efeito pela Socimostra, Lda., empresa da qual somos sócios em parceria com a AEP, vocacionada para o mercado brasileiro – Portugal Trade Show –, onde se irão inaugurar espaços comerciais no primeiro trimestre de 2004, dirigidos para os têxteis lar, deverão também, contribuir para uma melhoria global dos proveitos, principalmente os relacionados com os sectores de maior debilidade, se o ambiente económico se confirmar mais positivo.

No que respeita ao sector dos têxteis lar, estimam-se resultados positivos crescentes, principalmente provenientes da criação da nova colecção e da adesão dos clientes do mercado externo, a qual já se revelou superior às nossas expectativas no 2º semestre de 2003, e bem patente no crescimento verificado no volume de negócios realizado neste ano, em relação a 2002, o qual se cifrou em 10,8%.

No sector de tecidos, acreditamos com alguma expectativa nos resultados da criação das novas colecções, a qual deverá originar um aumento da produção e, consequentemente, do respectivo volume de negócios, no decurso do ano 2004.

VII – Estratégia

Neste enquadramento, a Sotave, S. A., acentuará, em 2004, a orientação estratégica de concentração de esforços e investimentos nas actividades “core”, iniciada em 2002, em dois vectores:

1. Dinamização comercial

- A Administração da empresa continuará a adoptar uma estratégia de gestão de marketing, que se consubstanciará num processo de renovação de produtos, com melhor aceitação no mercado, com vista ao aumento da qualidade e do design.
- Consideramos de primordial importância o desenvolvimento de uma política de comunicação empresarial e de produto, e de uma política de distribuição que intensifique a exploração dos

mercados actuais e outros, que potencialmente se apresentem como viáveis, com vista a um maior incremento das exportações e, conseqüentemente, ao incremento do volume de negócios.

2. Reestruturação do sector produtivo

- Na vertente industrial, procuraremos continuar a implementar mudanças contínuas, no sentido da melhoria da produtividade, da gestão da qualidade, do planeamento e controlo da produção, sempre norteados pela racionalização dos custos e redimensionamento dos vários sectores produtivos, para corresponder, e se ajustar, às linhas decorrentes da realidade comercial e de marketing.
- Procuraremos otimizar o desempenho dos recursos humanos através da formação profissional contínua e, por outro lado, concluir o projecto de informatização da empresa, no sentido de promover a maximização da sua eficiência global e a obtenção de um sistema de custeio fiável.
- Por fim, pensamos continuar o processo de reestruturação que necessariamente passará por duas fases sequenciais ou cumulativas, isto é, numa primeira fase, adequar o número de efectivos à tecnologia existente e, numa segunda fase, proceder ao investimento no reequipamento indispensável para o melhoramento da qualidade e da produtividade, recorrendo principalmente a instrumentos de gestão modernos e eficientes, mas mantendo a sua característica de uma combinação de factores predominantemente intensiva em mão-de-obra que, neste caso, consideramos indispensável para garantir a qualidade e se firmar no nicho de mercado, que a nosso ver terá sucesso no futuro.
- No entanto, devido à crise conjuntural vivida no primeiro semestre de 2003, o Conselho de Administração, numa atitude de prudência, tomou medidas de carácter transitório, preventivo, e construtivo, no início do primeiro trimestre de 2004, de modo a minimizar estrangulamentos económicos e financeiros para a empresa, aproveitando os poucos meios que o Governo coloca à disposição, para compensar a rigidez das leis laborais, problema mais notório em épocas de recessão económica global.

Neste contexto, acordou-se com os representantes dos trabalhadores um plano de interrupção dos contratos de trabalho (nos termos dos art. 366 do Código do Trabalho), por um período previsional de quatro meses, com início no dia 26 de Janeiro de 2004, envolvendo dois grupos de cerca de 62 trabalhadores em regime de rotatividade quinzenal, podendo ser chamados, com um pré aviso de 48 horas, desde que a dinâmica o justifique, certos de que os esforços de internacionalização já desenvolvidos nos permitirão a breve prazo ultrapassar uma conjuntura menos favorável.

VIII – Agradecimentos

Aos nossos clientes somos devedores da preferência com que nos continuaram a honrar e reafirmamos o propósito de manter e aprofundar as nossas relações.

É-nos grato referir a confiança e consideração que continuamos a merecer das instituições financeiras com que trabalhamos.

Ao Conselho Fiscal e aos nossos Auditores, a quem apresentamos os nossos melhores cumprimentos, continuamos devedores do apoio e colaboração que sempre nos prestaram.

Com os nossos colegas e fornecedores mantivemos o clima de cordialidade e colaboração do passado.

Aproveitamos para agradecer aos nossos agentes comerciais todo o esforço desenvolvido.

Por fim, aproveitamos para agradecer aos trabalhadores que connosco colaboraram, a sua dedicação e entusiasmo, que permitiram minimizar as consequências da crise.

IX – Proposta de Aplicação de Resultados

Ficamos à disposição de V^{as} Ex^{as} para quaisquer esclarecimentos complementares, e propomos que o resultado líquido negativo de 793.830,84 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Propomos ainda, que este valor, bem como outros negativos contabilizados na conta de Resultados Transitados, e provenientes de exercícios anteriores, sejam anulados por Reservas Livres.

Se a nossa proposta merecer a Vossa aprovação, o valor das Reservas e outras contas de capitais próprios, excluído o Capital Social e o Fundo de Regularização de Dividendo, passará a ser de 1.736.368,61 euros.

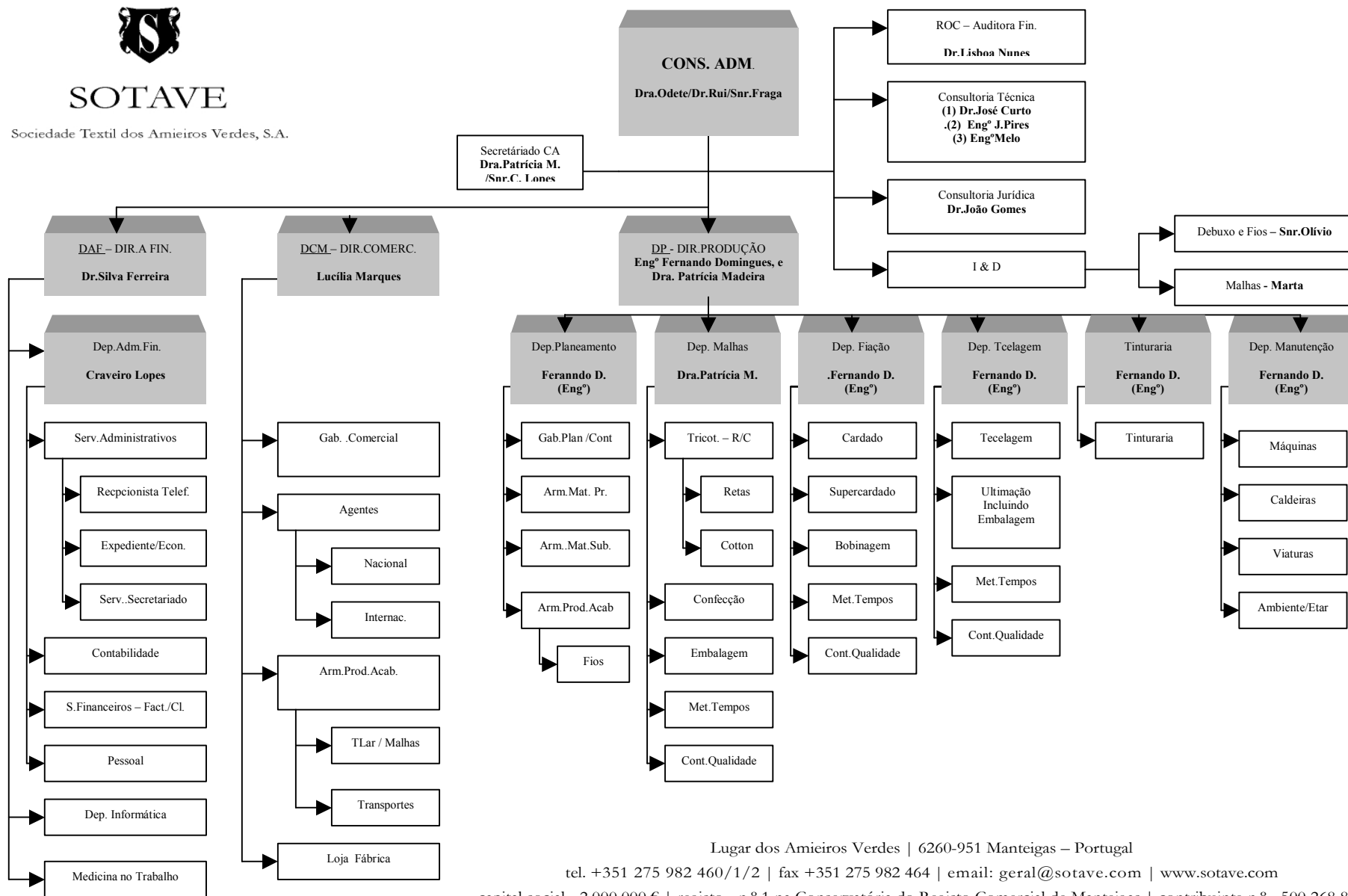
Manteigas, 19 de Fevereiro de 2004

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr^a Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Francisco José Ascensão Fraga



Lugar dos Amieiros Verdes | 6260-951 Manteigas – Portugal
tel. +351 275 982 460/1/2 | fax +351 275 982 464 | email: geral@sotave.com | www.sotave.com
capital social - 2.000.000 € | registo - n.º 1 na Conservatória do Registo Comercial de Manteigas | contribuinte n.º - 500 268 894

Capítulo I – Divulgação de Informação

1. Para além de integrarem o órgão colectivo Conselho de Administração, em cujas reuniões são tomadas as principais decisões e estabelecida a orientação geral para a Empresa, os Administradores assumem a responsabilidade directa por sectores que lhes estão distribuídos.
Desde sempre que o Sector de Malhas goza de ampla autonomia no que respeita ao planeamento da sua produção e à comercialização da mesma.
2. Evolução da cotação das acções :
As acções da Empresa iniciaram o ano de 2003 com a cotação de € 4,50, tendo encerrado o mesmo nos € 2,62.
A cotação máxima (€ 5,00) foi atingida em 6 de Maio de 2003, e a mínima (€ 1,50) verificou-se na sessão de 5 de Dezembro de 2003.
A evolução das cotações não foi influenciada, pelo menos de modo significativo, pelo anúncio dos resultados do exercício anterior.
3. Política de Distribuição de Dividendos:
Por tradição a Empresa privilegia a solidez da sua estrutura financeira, procurando manter um elevado rácio de autonomia.
Dentro desta linha de orientação a distribuição de dividendos tem sido sempre condicionada a uma disponibilidade de tesouraria que não ponha em causa o princípio acima enunciado.
4. Não existem planos de atribuição ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções da Empresa por parte dos titulares dos órgãos sociais ou trabalhadores da Empresa.
5. A Empresa não tem recorrido à utilização de novas tecnologias na divulgação da informação financeira, tendo-as utilizado pela primeira vez, no decurso do mês de Fevereiro de 2003, para divulgação da informação preparatória da Assembleia Geral que decorreu no dia 29 de Março de 2003.
6. Não existindo um Gabinete de Apoio ao Investidor, as funções que lhe seriam atribuídas são exercidas pelo responsável pelas relações com o mercado de capitais (Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira), bem como pelo Responsável pelos Serviços Administrativos e Financeiros.
Aos accionistas que se encontram identificados no ficheiro da Empresa são atempadamente enviados os documentos preparatórios das Assembleias Gerais, bem como qualquer informação que seja considerada relevante.
O contacto pode ser estabelecido via fax, e-mail, embora normalmente o seja telefonicamente para um dos responsáveis acima identificados.

Capítulo II – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

O direito de voto deve, nos termos estatutários, ser pessoalmente exercido. Entretanto, os estatutos admitem a possibilidade de mediante carta endereçada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, os accionistas se fazerem representar por um outro accionista.

Capítulo III – Regras Societárias

1. Não existem códigos de conduta da Sociedade ou quaisquer regulamentos internos respeitantes à matéria de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Esta matéria considera-se regulada pela Lei Geral.

2. Não existe regulamentação relativa aos procedimentos a adoptar para efeitos de controlo de risco da actividade, nem unidade orgânica dedicada à auditoria interna. O acompanhamento das situações de risco é feita através da análise da contabilidade e reforçado pela obtenção de informações comerciais, quer junto da banca quer das empresas especializadas, bem como através da seguradora da carteira de crédito para o mercado externo.
3. Não existem limites ao exercício do direito de voto da mesma forma como não existem titulares de direitos especiais.

É desconhecida a existência de qualquer acordo parassocial.

Capítulo IV – Órgão de Administração

1. De harmonia com os estatutos, a Administração é constituída por três ou cinco administradores.

A Administração actualmente em exercício é constituída por 3 elementos :

Presidente - Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho

Vogais - Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira
- Francisco José Ascensão Fraga

Todos os administradores são accionistas da Empresa, condição sine qua non para o exercício destas funções.

2. Não existe comissão executiva nem qualquer outra comissão com competência em matéria de gestão.
3. Formalmente o Conselho de Administração reúne uma vez por mês, embora na prática o contacto entre os seus membros seja permanente e as decisões dos assuntos mais correntes tomadas em reuniões informais.
4. Não existem comissões de controlo internas.
5. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, bem assim dos restantes órgãos sociais, é anualmente estabelecida por uma comissão de remunerações, eleita pela Assembleia Geral com um mandato coincidente com o dos Órgãos Sociais.
6. As remunerações dos administradores são fixas, não estando previstos quaisquer prémios de desempenho, para além dos consagrados estatutariamente.

Para o conjunto do ano, foram as seguintes:

	<u>1º Sem./2003</u>	<u>2º Sem./2003</u>
Presidente	16.909	23.969
Vogais	<u>29.628</u>	<u>44.666</u>
	46.537	68.635
No valor global total de	115.172 Euros	

SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte N° 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
Matrícula N° 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

Código das contas POC	Activo	EXERCÍCIOS			
		2003		2002	
		Activo bruto	Amort./Provisões	Activo liquido	Activo liquido
431/35	Imobilizado				
	Imobilizações Incorpóreas				
	Despesas Invest. e Desenvolvimento	467.292,94	304.974,34	162.318,60	92.546,09
		467.292,94	304.974,34	162.318,60	92.546,09
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	73.616,65		73.616,65	73.616,65
422	Edifícios e outras construções	1.883.450,81	1.430.087,51	453.363,30	499.896,55
423	Equipamento básico	6.980.263,00	6.482.973,62	497.289,38	674.231,87
424	Equipamento de transporte	131.202,66	92.847,14	38.355,52	56.359,76
425	Ferramentas utensílios	21.377,82	19.800,54	1.577,28	2.400,15
426	Equipamento administrativo	327.571,62	237.511,30	90.060,32	121.367,58
429	Outras imobilizações corpóreas	405.488,35	223.725,91	181.762,44	215.459,90
441/448	Imobilizações em curso	14.350,00		14.350,00	16.450,00
		9.837.320,91	8.486.946,02	1.350.374,89	1.659.782,46
	Investimentos financeiros				
4111	Partes de capital em empresas de grupo				151.434,65
4114	Partes de capital em outras empresas	31.592,78		31.592,78	7.416,78
		31.592,78		31.592,78	158.851,43
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	794.409,45		794.409,45	1.061.925,79
35	Produtos e trabalhos em curso	1.031.117,76		1.031.117,76	1.069.764,29
33	Produtos acabados e intermédios	1.175.222,60		1.175.222,60	939.665,77
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		3.000.749,81		3.000.749,81	3.071.355,85
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
211	Clientes c/c	818.528,38		818.528,38	1.107.207,81
212	Clientes, títulos a receber	529.771,34		529.771,34	562.432,73
218	Clientes de cobrança duvidosa	479.668,16	463.138,30	16.529,86	52.600,22
24	Estado e outros entes públicos	37.311,69		37.311,69	4.585,34
262+266					
267					
268+221	Outros devedores	81.165,13		81.165,13	80.503,62
		1.946.444,70	463.138,30	1.483.306,40	1.807.329,72
18	Títulos negociáveis				
	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos bancários e caixa:				
12	Depósitos à ordem	134.410,20		134.410,20	138.492,12
11	Caixa	1.119,02		1.119,02	3.021,04
		135.529,22		135.529,22	141.513,16
	Acréscimos e deferimentos:				
276	Activos por impostos diferidos	15.779,50		15.779,50	
272	Custos diferidos	20.249,65		20.249,65	4.037,12
		36.029,15		36.029,15	4.037,12
	Total de amortizações		8.791.920,36		
	Total de provisões		463.138,30		
	Total do activo	15.454.959,51	9.255.058,66	6.199.900,85	6.935.415,83

Amieiros Verdes (Manteigas), 31 de Dezembro de 2003

O Conselho de Administração

Dr.^a Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)
Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira
Francisco José Ascensão Fraga

SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte N° 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
 Matrícula N° 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

Código das contas POC	Capital próprio e passivo	EXERCÍCIOS	
		2003	2002
	Capital Próprio:		
51	Capital	2.000.000,00	2.000.000,00
521	Acções próprias	-196.700,00	-196.200,00
522	Acções próprias – prémios e descontos	44.122,16	44.072,16
54	Prémio de emissão de acções	523.737,79	523.737,79
55	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas		126.159,60
56	Reservas de reavaliação	275.590,31	1.172.359,72
	Reservas:		
571	Reservas legais	448.918,11	448.918,11
574	Reservas livres	254.570,49	947.539,54
577	Reserva a que se refere o artº 324º CSC	152.577,84	152.127,84
578	Fundo para regularização do dividendo	100.836,72	100.836,72
59	Resultados transitados	874.804,91	-367.633,18
88	Resultado líquido do exercício	-793.830,84	-346.497,82
	Total do capital próprio	3.684.627,49	4.605.420,48
291	Provisões para outros riscos e encargos		
	Pensões de Reforma	518.372,89	539.054,67
23	Dividas a terceiros - médio e longos prazos:		
	Empréstimos bancários	99.759,58	399.038,32
23	Dividas a terceiros - curto prazo:		
	Empréstimos bancários	769.956,27	509.158,53
221	Fornecedores c/c	78.829,73	69.219,18
255	Outros accionistas	884,61	884,61
24	Estado e outros entes públicos	161.783,37	129.999,96
261.267			
266.267	Outros credores	410.139,24	148.969,85
268.211			
		2.039.725,69	1.796.325,12
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	281.532,30	308.610,28
274	Proveitos diferidos	162.682,37	225.059,95
276	Passivos por impostos diferidos	31.333,00	
		475.547,67	533.670,23
	Total do passivo	2.515.273,36	2.329.995,35
	Total do capital próprio e do passivo	6.199.900,85	6.935.415,83

O Técnico Oficial de Contas

António Craveiro Lopes

SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte N° 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
 Matrícula N° 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

Código das contas POC	Custos e Perdas	EXERCÍCIOS			
		2003		2002	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	11.157,21		5.785,41	
	Matérias	1.090.490,40	1.101.647,61	1.115.540,70	1.121.326,11
62	Fornec. Serviços Externos		734.846,40		513.474,21
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	1.846.143,15		1.973.434,77	
	Encargos Sociais:				
643+644	Pensões	35.553,96			
645/8	Outros	431.992,04	2.313.689,15	451.093,94	2.424.528,71
66	Amortizações de imobilizado corpóreo				
	Incorpóreo	456.791,37		430.840,69	
67	Provisões	16.487,13	473.278,50	75.460,34	506.301,03
63	Impostos	18.668,30		17.501,30	
65	Outros custos operacionais	9.740,12	28.408,42	5.989,41	23.490,71
	(A)		4.651.870,08		4.589.120,77
682	Perdas em emp. associadas			6.384,37	
683+684	Amortiz. Aplic. Financeiras				
	Juros e custos similares:				
	Rel. empresas interligadas				
	Outros	101.886,29	101.886,29	80.259,68	86.644,05
	(C)		4.753.756,37		4.675.764,82
69	Custos e perdas extraordinárias		4.493,54		6.647,67
	(E)		4.758.249,91		4.682.412,49
86	IRC – Imposto sobre o rendimento		-3.258,40		1.190,62
	(G)		4.754.991,51		4.683.603,11
88	Resultado líquido do exercício		-793.830,84		-346.497,82
			3.961.160,67		4.337.105,29

Amieiros Verdes (Manteigas), 31 de Dezembro de 2003

O Conselho de Administração

Dr^a Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Francisco José Ascensão Fraga

SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte N° 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
 Matrícula N° 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

Código das contas POC	Proveitos e Ganhos	EXERCÍCIOS			
		2003		2002	
71	Vendas:				
	Mercadorias	11.157,21		5.785,41	
	Produtos Acabados				
	Fios	594.275,87		919.686,74	
	Malhas	1.605.294,39		1.864.384,76	
	Tecidos	1.029.282,27		928.587,57	
	Subprodutos	4.820,00		983,32	
		3.244.829,74		3.719.427,80	
72	Prestação de serviços:				
	Diversos	360,00		457,59	
	Conta Alheia:				
	Cardação e Fiação	92.513,67		116.210,10	
	Super Cardado	907,07		0,00	
	Tinturaria	12.374,28		20.461,13	
	Ultimação	58.927,44		77.423,95	
	Outras			101,88	
		165.082,46	3.409.912,20	214.654,65	3.934.082,45
	Variação de produção		196.910,30		81.463,76
75	Trabalhos para a própria empresa	119.291,92			66.409,50
73	Proveitos suplementares	41.180,65			46.790,57
74	Subsídios exploração				0,00
76	Outros proveitos ganhos operacionais (B)	884,68	161.357,25		785,70
			3.768.179,75		4.129.531,98
782	Ganhos em empresas Grupo				
784	Rend. particip. Capital				
	Rend. Títulos negociáveis:				
	Relativos empresas grupo				
	Outros				
	Outros juros e prov. similares:				
	Relativ. empresas grupo				
781/788	Outros	76.989,87	76.989,87	57.616,20	57.616,20
	(D)		3.845.169,62		4.187.148,18
79	Proveitos extraordinários		115.991,05		149.957,11
	(F)		3.961.160,67		4.337.105,29

RESUMO		2003	2002
Resultados operacionais	(B)-(A)	-883.690,33	-459.588,79
Resultados financeiros	(D-B) - (C-A)	-24.896,42	-29.027,85
Resultados correntes	(D) - (C)	-908.586,75	-488.616,64
Resultados antes de imposto	(F) - (E)	-797.089,24	-345.307,20
Resultados Líquidos	(F) - (G)	-793.830,84	-346.497,82

O Técnico Oficial de Contas

António Craveiro Lopes

SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte N° 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
 Matrícula N° 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

Demonstração dos resultados por funções	Exercícios	
	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	3.409.912,20	3.934.082,45
Custos das vendas e prestações de serviços	3.168.319,23	3.266.300,36
<i>Resultados brutos</i>	<i>241.592,97</i>	<i>667.782,09</i>
Outros proveitos e ganhos operacionais (+)	262.382,96	60.784,10
Custos de distribuição	320.720,60	220.268,33
Custos administrativos	856.579,17	705.162,45
Outros custos e perdas operacionais	49.389,09	98.951,05
<i>Resultados operacionais</i>	<i>-722.712,93</i>	<i>-295.815,64</i>
Custo líquido de financiamento (-)	74.376,31	43.107,19
Perdas em filiais e associadas		6.384,37
<u>Resultados não usuais ou não frequentes</u>		
<i>Resultados correntes</i>	<i>-797.089,24</i>	<i>-345.307,20</i>
Impostos sobre os resultados correntes		
<i>Resultados correntes após impostos</i>	<i>-797.089,24</i>	<i>-345.307,20</i>
<u>Resultado de operações de descontinuação (líquido de imposto)</u>		
Resultados extraordinários (+)		
Impostos sobre os resultados extraordinários		
<i>Resultados extraordinários após impostos</i>	<i>-797.089,24</i>	<i>-345.307,20</i>
<u>IRC – Imposto sobre o rendimento</u>	3.258,40	(1.190,62)
Resultados Líquidos	-793.830,84	-346.497,82
<i>Resultados(negativos) por acção</i>	<i>(2,21)</i>	<i>(,96)</i>

Amieiros Verdes (Manteigas), 31 de Dezembro de 2003

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Dr^a Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)
 Craveiro Lopes

António

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Francisco José Ascensão Fraga

ANEXO

Lista de acções de que são titulares, em 31 de Dezembro de 2003, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, elaborada com base nos elementos por eles prestados (artº. 447, nº. 5, do Código das Sociedades Comerciais).

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE ACÇÕES

	Saldo inicial	Aquisições				Alienações				Saldo final
	Quantidade	Data	Quant.	Preço Unitário €	Valor Transacção €	Data	Quant.	Preço Unitário €	Valor Transacção €	Quantidade
Conselho de Administração:										
Drª. Odete da Glória B. Esteves Carvalho	97.000									97.000
Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira	100									100
Francisco José Ascensão Fraga	323	31-12	100							423
Conselho Fiscal:										
Dr. Álvaro Alberto Botelho Maia Gonçalves	750									750
Arq. João Adelino Paixão Salvado	9.000									9.000
Totais.....	107.173		100							107.273

SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.
(Sociedade Aberta)

Contribuinte N° 500.268.894 • Capital Social € 2.000.000,00
Matrícula N° 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

ANEXO

Lista de accionistas que, em 31 de Dezembro de 2003, e com base nos elementos por eles prestados, são titulares de, pelo menos, um décimo do capital, bem como dos accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções do capital (nº. 4 do artigo 448º. do Código das Sociedades Comerciais).

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho

Maria Teresa Esteves Corte Real Negrão

Dr. Joaquim António Carvalho da Mota Veiga

Accionistas que deixaram de ser titulares das referidas fracções:

ANEXO

Outras informações prestadas no âmbito do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Alínea b) do artigo 3º do Regulamento CVM 11/2000.

- b) Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidos pelos órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o período considerado.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE ACÇÕES

	Saldo inicial	Aquisições				Alienações				Saldo final
	Quantidade	Data	Quant.	Preço Unitário €	Valor Transacção €	Data	Quant.	Preço Unitário €	Valor Transacção €	Quantidade
Conselho de Administração:										
Drª. Odete da Glória B. Esteves Carvalho	97.000									97.000
Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira	100									100
Francisco José Ascensão Fraga	323	31-12	100							423
Conselho Fiscal:										
Dr. Álvaro Alberto Botelho Maia Gonçalves	750									750
Arq. João Adelino Paixão Salvado	9.000									9.000
Totais.....	107.173		100							107.273

- d) Lista de titulares de participações sociais qualificadas, com a indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20º do CVM:

	Nº Acções	% Votos
Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho.....	97.000	26,90%
Maria Teresa Esteves Corte Real Negrão	62.300	17,28%
Dr. Joaquim António Carvalho da Mota Veiga	44.104	12,23%
Herd. de José Neves Fraga	17.600	4,88%
Maria Alberta de Azevedo Botelho Maia Gonçalves.....	16.792	4,66%
Maria Teresa de Lemos Santos Almeida Ribeiro.....	15.657	4,35%
Engº António Manuel de Lemos Santos	12.420	3,45%
Engº Afonso Fernandes Lourenço da Silva	10.200	2,83%
Coronel Orlando José Saraiva G. Amaral	9.016	2,50%
Arq. João Adelino Paixão Salvado.....	9.000	2,50%
Dra. Patrícia Negrão Duarte Madeira.....	8.950	2,49%

Manteigas, 31 de Dezembro de 2003

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

« Exercício de 2003 »

1 – Nota Introdutória

A SOTAVE - Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S. A. foi constituída em 28 de Abril de 1960, com o capital de 6.000 contos, sendo actualmente de € 2.000.000.

O objecto social da empresa consiste no exercício da indústria têxtil - preparação e fiação de fibras do tipo de lã cardada, confecção de malhas e produção de têxteis-lar.

As notas que se seguem estão organizadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (Decreto-Lei nº. 410/89, de 21 de Novembro) e obedecem à respectiva sequência numérica. Os números omissos correspondem a notas não aplicáveis ou dizem respeito a situações não materialmente relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

2 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Excepto no que respeita ao reconhecimento pela primeira vez dos Impostos Diferidos nos termos previstos na Directriz Contabilística nº. 28, as Demonstrações Financeiras são comparáveis com as do exercício anterior.

3 – Critérios valorimétricos adoptados

Não se alteraram os critérios valorimétricos utilizados em anos anteriores na valorização das existências, os quais respeitam os princípios estabelecidos no nº. 1, alínea a) do artº. 26º. do CIRC, e que são:

a) Matérias primas, subsidiárias e de consumo, incluindo mercadorias:

Preço de aquisição, incluindo todos os custos necessários até à entrada em armazém.

b) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso:

1. Produtos acabados:

Manteve-se o critério valorimétrico desde há muito adoptado, tendo por base o preceituado na alínea c) do nº. 1 do artigo 26º do CIRC, conjugado com o nº. 4 do mesmo artigo.

2. Produtos e trabalhos em curso:

Custo de produção, baseado no cálculo teórico das várias operações, de acordo com critérios utilizados desde a fundação da Empresa.

c) Amortizações e provisões:

1. As amortizações e reintegrações foram calculadas segundo o método das quotas constantes e, muito embora nalguns casos se verifique a aplicação de taxas inferiores às máximas previstas no Decreto-Regulamentar nº 2/90, porque aquelas vinham já sendo utilizadas antes da publicação daquele diploma, o método é, porém, consistente com o do exercício anterior.

2. Provisões para créditos de cobrança duvidosa:

Encontram-se constituídas pelos valores estimados dos riscos de incobrabilidade, face à mora verificada, numa óptica fiscal.

d) Subsídios ao Investimento:

Os subsídios ao investimento a Fundo Perdido são contabilizados em proveitos diferidos quando atribuídos, e são transferidos para resultados durante o período de vida útil dos correspondentes imobilizados.

6 – Indicação de situações que afectem significativamente impostos futuros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e a eventual correcção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos – Artigo 45º da LGT (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

A empresa reflectiu, nos termos da Directriz Contabilística nº 28, nas suas Demonstrações Financeiras, o efeito, embora irrelevante, dos Impostos Diferidos relativamente a Provisões para cobranças duvidosas e reavaliações, cujo efeito é o seguinte:

Activo por impostos diferidos	€ 15.779,50
Passivo por impostos diferidos	€ (31.333,00)
Imposto diferido da Reserva de reavaliação.....	€ 37.744,00
Resultados transitados	€ (15.779,50)
Imposto diferido do exercício	€ (6.411,00)

Os Impostos diferidos activos relacionados com prejuízos acumulados não foram reconhecidos por uma questão de prudência. Caso tivessem sido reconhecidos, o activo e o capital próprio viriam aumentados em € 330.943, incluindo um aumento dos resultados de € 209.193.

7 – Número médio de pessoas ao serviço da empresa, no exercício

Empregados.....	17
Assalariados	221
Estagiários	3
	<u>241</u>

VÍNCULO	Nº. de Trabalh. em 01.01.03	ADMISSÕES		DEMISSÕES		Nº. de Trabalh. em 31.12.03
		Nº. Trabalh.	Mês	Nº. Trabalh.	Mês	
EFFECTIVOS						
1. Empregados efectivos	19	1	1/6/7	4	7/12	16
2. Empregados a termo		4	9/11	3	5/7/11	1
3. Assalariados	255			39	Vários	216
A TERMO						
Assalariados:						
1. Certo	14	4	9/10/11	13	Vários	5
2. Incerto						
ESTAGIÁRIOS		3				3
TOTAL	288	12		59		241
NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES						270

8 – Comentários às contas de Imobilizações incorpóreas

As alterações verificadas dizem respeito a custos incorridos com novas colecções de têxteis e alterações ao Lay out da confecção e cardação e fiação.

10 – Movimento ocorrido nas rubricas do activo imobilizado e nas amortizações acumuladas**ACTIVO BRUTO**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Abates ou Transferências / Resultados	Saldo Final
432 – Desp. Invest. e Desenvolvimento	95.363,90	135.876,12			231.240,02
435 – Projectos de investimento	214.402,92	21.650,00			236.052,92
	309.766,82	157.526,12			467.292,94
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	73.616,65				73.616,65
Edifícios e outras construções	1.863.543,49	17.807,32		-2.100,00	1.883.450,81
Equipamento básico	7.169.031,89	16.430,50	205.199,39		6.980.263,00
Equipamento de transporte	160.276,14		29.073,48		131.202,66
Ferramentas e utensílios	21.377,82				21.377,82
Equip. administrativo e social	307.718,96	19.852,66			327.571,62
Outras imobilizações corpóreas	399.948,35	5.540,00			405.488,35
Imobilizações em curso	16.450,00			2.100,00	14.350,00
	10.011.963,30	59.630,48	234.272,87		9.837.320,91
Investimentos financeiros					
Partes capital empresas grupo					
Partes capital noutras empresas	158.851,43	1.200,00	128.458,65		31.592,78
	158.851,43	1.200,00	128.458,65		31.592,78

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações		Saldo final
			Por reavaliação	Abat. e Alienaç.	
Imobilizações incorpóreas:					
483 – Despesas Invest. e desenvolv.	66.620,88	34.193,85			100.814,73
483 – Projectos de investimento	150.599,85	53.559,76			204.159,61
	217.220,73	87.753,61			304.974,34
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	1.363.646,94	66.440,57			1.430.087,51
Equipamento básico	6.494.800,02	193.372,70		205.199,10	6.482.973,62
Equipamento de transporte	103.916,38	18.004,24		29.073,48	92.847,14
Ferramentas e utensílios	18.977,67	822,87			19.800,54
Equip. administrativo e social	186.351,38	51.159,92			237.511,30
Outras imobilizações corpóreas	184.488,45	39.237,46			223.725,91
	8.352.180,84	369.037,76		234.272,58	8.486.946,02
Totais (483 + 482)	8.569.401,57	456.791,37		234.272,58	8.791.920,36

12 – Diplomas legais relacionados com reavaliações do activo imobilizado:

Os diplomas legais que serviram de base às reavaliações até agora efectuadas, foram os seguintes:

Decretos-Lei n^{os} 430/78, 219/82, 399G/84, 118B/86, 111/88, 49/91, 264/92 e 31/98.

22 – Valores globais de existências que se encontram fora da empresa, consignadas, em trânsito, à guarda de terceiros).

Em poder de terceiros:

Malhas:

Camilo Pinto, S.A.....€ 5.317,00

Silva & Sistelo, S.A€15.108,50

23 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa:

Conta 218 - Clientes de cobrança duvidosa€ 479.668,16

31 – Responsabilidade com títulos descontados:

O valor de letras descontadas,

e não vencidas em 31.12.2003, era de.....€ 1.061.276,27

32 – Descrição das responsabilidades da empresa, por garantias prestadas:**Banco Português do Atlântico:**

A empresa contraiu um empréstimo a longo prazo, no valor de € 598.557,48, destinado a financiar o projecto de investimento, conforme contrato assinado com a Instituição Bancária, garantido por livrança assinada em branco pela empresa, entretanto já amortizado com a 2ª prestação de € 199.519,06, sendo o saldo actual de € 299.278,74.

Para garantir o valor dos incentivos foi, por este Banco, prestada uma garantia a favor do IAPMEI, no valor de € 153.355,41. Também com este banco existe uma conta-corrente caucionada, cujo montante utilizado no final do exercício, ascende a € 186.519,00.

BNU/Caixa Geral de Depósitos:

Garantia prestada, através de livrança em branco, pela empresa, no valor de € 448.918,11 para as contas-correntes caucionadas. À data de 31 de Dezembro de 2003, a nossa contabilidade regista uma utilização de € 448.918,11.

34 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução/ Anulação	Saldo final
28 – Provisões para cobranças duvidosas	446.651,17	16.487,13		463.138,30
29 – Provisões para outros riscos e encargos	539.054,67		20.681,78	518.372,89
Totais	985.705,84	16.487,13	20.681,78	981.511,19

36 – Composição do Capital Social:

Em 31 de Dezembro de 2003 o capital social da empresa de € 2.000.000 está totalmente subscrito e realizado, composto por:

400.000 acções ao portador com o valor nominal de € 5,00 em títulos de 1, 5, 10, 20, 50, 100 e 500 acções.

40 – Variações nas rubricas de Capitais Próprios:

CONTAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

Contas	Saldo inicial €	Movimentos		Saldo final €
		+	-	
Capital	2.000.000,00			2.000.000,00
Acções próprias	-152.127,86		450,00	-152.577,84
Prémio de emissão de acções	523.737,79			523.737,79
Ajustamento de partes de capital	126.159,60		126.159,60	0
Reservas de reavaliação	1.172.359,72		896.769,41	275.590,31
Reservas legais	448.918,11			448.918,11
Reservas livres	947.539,56		699.353,42	254.570,49
Reservas a que se refere o art. 324 CSC	152.127,84	450,00		152.577,84
Reservas especiais	100.836,72			100.836,72
Resultados transitados	-367.633,18	1.489.510,33	240.687,87	874.804,91
Resultado líquido do exercício	-346.497,82	346.497,82	793.830,84	-793.830,84
Totais	4.605.420,48	1.836.458,15	2.757.251,14	3.684.627,49

1. As principais variações ocorridas nas rubricas de capitais próprios verificaram-se nas contas de reservas de reavaliação, e pela transferência para resultados transitados de valores já realizados das reservas constituídas ao abrigo do DL 111/88, 49/91, 264/92 e 31/98.

2. Capital Próprio

No exercício de 2003 a empresa adquiriu, em Bolsa, 100 acções próprias a um preço médio de € 4,50. Como determina a alínea b), do nº. 1 do Artigo 324º do CSC, foi corrigida a respectiva reserva para € 152.577,84. No final de 2003 era de 39.340 o total de acções próprias detidas pela empresa, incluindo as 437 acções atribuídas em aumentos de capital por incorporação de reservas. O preço médio de cada uma das acções detidas, em 31 de Dezembro de 2003, é de € 3,88.

41 – Demonstração do Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		1.061.925,79
Compras	629,28	833.501,99
	629,28	1.895.427,78
Regularização de existências		
Existências finais		794.409,45
Custo no exercício	629,28	1.101.018,33
<i>Totais</i>	1.101.647,61	

42 – Demonstração da variação de produção:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	1.175.222,60		1.031.117,76
Regularização de existências			
Existências iniciais.....	939.665,77		1.069.764,29
Variação no exercício	235.556,83		-38.646,53
Total da variação da produção	196.910,30		

43 – Remunerações dos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

O valor das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foi:

Administração€ 115.173,54

Assembleia Geral - senhas de presença€2.094,96

Conselho Fiscal - senhas de presença€ 1.197,12

Responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos antigos membros dos órgãos acima referidos:

Pagamentos efectuados durante o exercício de 2003.....€ 35.553,96

Responsabilidade da empresa em 31.12.2003.....€ 518.372,89

44 – Informação por segmentos

(Directriz Contabilística nº. 27)

Segmento de negócio:

A empresa está dotada de sectores de produção que lhe permitem colocar no mercado vários produtos acabados, tais como: fios industriais, malhas a metro e confeccionadas, tecidos a metro e têxteis-lar.

Segmento geográfico:

A Sotave apenas detém uma unidade fabril onde está sediada: lugar dos Amieiros Verdes, freguesia de São Pedro, concelho de Manteigas.

Vendas por mercados:

Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços:

MERCADOS/ACTIVIDADES	MERCADOS			Total
	Interno	Intracomunitário	Países Terceiros	
VENDAS:				
Mercadorias	11.157,21			11.157,21
Produtos Acabados				
1. Fios	583.607,88	1.914,75	8.753,24	594.275,87
2. Malhas	1.573.504,96	31.789,43		1.605.294,39
3. Tecidos	463.451,27	186.297,22	379.533,78	1.029.282,27
4. Subprodutos	4.820,00			4.820,00
Total de vendas.....	2.636.541,32	220.001,40	388.287,02	3.244.829,74
PRESTAÇÕES SERVIÇOS				
1. Oficinas	360,00			360,00
2. Cardação e Fiação	84.941,30			84.941,30
3. Super-Cardado	907,07			907,07
4. Tinturaria	12.374,28			12.374,28
5. Ultimação	59.560,40			59.560,40
6. Outros	6.939,41			6.939,41
Total de Prestação Serviços.....	165.082,46			165.082,46
TOTAL VOLUME NEGÓCIOS	2.801.623,78	220.001,40	388.287,02	3.409.912,20

Activos e investimentos em imobilizações corpóreas e incorpóreas:

Os activos e investimentos em imobilizações corpóreas e incorpóreas constam do quadro do balanço analítico constante deste relatório.

Réditos e gastos segmentais:

Os produtos fabricados em cadeia são produzidos em instalações comuns e são vendidos pela empresa. Os réditos e gastos globais são imputados a todos os segmentos de produção e comercialização.

Investimentos em associadas pelo método da equivalência patrimonial:

Não detém actualmente a empresa qualquer participação social que lhe impute a responsabilidade de fazer reflectir nos seus resultados a parte relativa a associadas, pela utilização do método da equivalência patrimonial.

45 – Demonstração de resultados financeiros:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002

681-Juros suportados	74.780,11	43.479,15	781-Juros obtidos	403,80	471,96
682-Perdas em empresas do grupo		6.384,37	782-Ganhos em empresas associadas		
685-Dif. Câmbio desfavoráveis	533,08	366,77	785-Dif. Câmbio favoráveis	5.083,81	9,54
686-Descontos p. p. concedidos	21.173,65	33.892,83	786-Descontos p. p. Obtidos	8.973,69	10.376,46
688-Outros custos e perdas financeiras	5.399,45	2520,93	788-Outros proveitos e ganhos financeiros	62.528,57	46.758,24
Resultados Financeiros	-24.896,42	-29.027,85			
	76.989,87	57.616,20		76.989,87	57.616,20

46 – Demonstração dos resultados extraordinários:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
691-Donativos	75,00	225,00	792-Recuper.dividas		
692-Dívidas incobráveis			793-Ganhos existências		
694-Perdas em imobilizado			794-Ganhos imobilizações	15.674,21	2.244,99
695-Multas e penalizações	782,32	584,44	795-Red. calculo pensões	20.681,78	32.324,05
697-Corr. relat. exercícios anteriores	3.420,39	5.203,97	797-Cor. relat. exercícios anteriores	9.039,56	3.654,69
698-Outros custos e perdas extraordinários	215,83	634,26	798-Outros proveitos e ganhos extraord.	70.595,50	111.733,38
Resultados Extraordinários	111.497,51	143.309,44			
	115.991,05	149.957,11		115.991,05	149.957,11

Nota: A rubrica outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de € 60.315,56 relativo aos subsídios para investimento referentes aos seguintes projectos:

Projecto de reestruturação dos lanifícios€ 1.409,64
Simit€ 51.863,71
Projecto formação POEFDS€ 7.042,21

47 – Informações exigidas por diplomas legais:

Títulos em caução2.200 =€ 11.000,00
Cauções bancárias, nos termos do artº 396 do CSC€ 10.000,00

Amieiros Verdes (Manteigas), 31 de Dezembro de 2003

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Dr^a Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)
Craveiro Lopes

António

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Francisco José Ascensão Fraga

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

« Exercício de 2003 »

MÉTODO DIRECTO**ACTIVIDADES OPERACIONAIS**

Recebimento de clientes		4.412.771,69	
Pagamentos a fornecedores		1.497.482,96	
Pagamentos a pessoal		1.549.148,26	
Fluxo gerado pelas operações		<u>1.366.140,47</u>	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(-)	27.053,84	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividade operacional	(-)	<u>1.381.144,29</u>	
Fluxos gerados antes das rubricas Extraordinárias		(42.057,66)	
Recebimentos relacionados com rubricas Extraordinárias	(+)	97.632,71	
Pagamentos relacionados com rubricas Extraordinárias	(-)	<u>534,26</u>	
Fluxos da actividade operacional	(1)		<u>55.040,79</u>

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimentos provenientes de:

Investimentos financeiros	(+)	25.500,00	
Imobilizações incorpóreas			
Imobilizações corpóreas			
Juros e proveitos similares	(+)	<u>252,48</u>	25.752,48
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			
Imobilizações corpóreas		93.171,60	
Imobilizações incorpóreas	(-)	<u>42.903,49</u>	136.075,09
Fluxos da actividade de Investimento	(2)		<u>- 110.322,61</u>

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recebimentos provenientes de:

Empréstimos obtidos	(+)	451.398,79	
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	(-)	390.120,21	
Juros e custos similares	(-)	11.530,65	
Aquisição de acções próprias	(-)	<u>450,00</u>	49.297,93
Fluxos das actividades de financiamento	(3)		<u>49.297,93</u>

Variação de caixa e seus equivalentes:

(4) = (1)+(2)+(3) -5.983,89

Caixa e seus equivalentes no início do período	141.513,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período	135.529,27

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**« Exercício de 2003 »**

- 2 - Discriminação dos componentes de Caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de Caixa com as rubricas de balanço:

	2003	2002
Numerário	1.119,02	3.021,04
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	134.410,20	138.492,12
Caixa e seus equivalentes	135.529,22	141.513,16
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço	135.529,22	141.513,16

VI) Valores relativos às contas de balanço nas quais se reflecte o movimento de reforma e amortização sistemática de letras sacadas sobre clientes (numa base líquida)

Saldo no encerramento de balanço:

Conta 212 - Clientes

Títulos a receber€ 1.591.047,61

Conta 214 - Responsabilidade com letras descontadas€ 1.061.276,27

Valor das letras em carteira€ 529.771,34

Amieiros Verdes (Manteigas), 31 de Dezembro de 2003

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Dr^a Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)
Craveiro Lopes

António

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Francisco José Ascensão Fraga

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. De acordo com as disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre o Relatório e Contas e Proposta de Aplicação de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração da SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A., referentes ao exercício de 2003.
2. No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a actividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através de contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito da nossa competência, verificámos a regularidade dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos que lhes servem de suporte.
4. O Relatório do Conselho de Administração, reflecte de forma adequada a actividade desenvolvida pela Sociedade durante o exercício de 2003. O Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, o respectivo Anexo e a Demonstração dos fluxos de caixa, encontram-se elaborados em conformidade com a legislação aplicável e os princípios contabilísticos geralmente aceites.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitida nesta data pelo Revisor Oficial de Contas a qual se dá aqui como reproduzida e fica a fazer parte integrante deste documento, manifestando o Conselho Fiscal a sua concordância com a mesma.
6. Nestes termos, o Conselho Fiscal entende dever dar parecer favorável sobre a administração da Sociedade e designadamente sobre o Relatório e Contas apresentados aos Senhores Accionistas pelo Conselho de Administração, devendo no entanto referir o seguinte:
Conforme referido no Relatório de gestão, a crise conjuntural vivida no primeiro semestre de 2003, levou o Conselho de Administração a celebrar com os representantes dos trabalhadores um plano de interrupção dos contratos de trabalho por um período provisional de quatro meses, com início em Janeiro de 2004.
Assim e tendo ainda em conta o sector de actividade em que a Empresa se insere, o Conselho Fiscal entendeu dever alertar o Conselho de Administração para a necessidade de serem tomadas medidas complementares às que se encontram referidas no Relatório do Conselho, de forma a evitar o agravamento da situação, com as consequências que da mesma poderiam advir, nomeadamente ao nível da continuidade da Empresa.
7. Face ao exposto, somos do parecer que a Assembleia Geral da SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A., aprove:
 - a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003,
 - b) A Proposta de Aplicação dos Resultados constante dos mencionados documentos.

Manteigas, 20 de Fevereiro de 2004.

O CONSELHO FISCAL

VICTOR FRANCO E LISBOA NUNES, SROC

Representada por
Carlos António Lisboa Nunes
ROC n.º 427

ÁLVARO ALBERTO BOTELHO MAIA GONÇALVES

JOÃO ADELINO PAIXÃO SALVADO

VÍTOR FRANCO E LISBOA NUNES

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, da SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 6.199.901 euros, e um total de capital próprio de 3.684.627 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 793.831 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável

sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto da Empresa ter acordado com os representantes dos trabalhadores um plano de interrupção dos contratos de trabalho por um período previsional de quatro meses com início em 26 de Janeiro de 2004. Esta decisão, tomada numa base de prudência, foi devido à crise que se tem verificado no sector de actividade onde a Empresa se encontra inserida, de modo a minimizar estrangulamentos económicos e financeiros relativamente à SOTAVE - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.

20 de Fevereiro de 2004

O Sócio Responsável
(Carlos António Lisboa Nunes)
(ROC n.º 427)

SOTAVE – SOCIEDADE TEXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A

(Sociedade Aberta)

Contribuinte nº. 500 268 894

Capital social: € 2.000.000,00

Matrícula nº. 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

Amieiros Verdes

6260 – 951 MANTEIGAS

«»

DELIBERAÇÕES

“Extracto da Acta nº. 58, relativa à apresentação de contas do exercício de 2003”

(...)

Pela Presidente da Mesa foi dito ter sido entregue um requerimento apresentado pelos Accionistas, Engº. António Manuel de Lemos Santos e Dr. Joaquim António Carvalho da Mota Veiga que, no seu entender, não tinha cabimento legal e, portanto, o rejeitava. Na sequência, foi apresentado voto de protesto pelos Accionistas, Engº. Lemos Santos, Dr. Mota Veiga, Drª. Maria Lucilia Mascarenhas, D. Suzette P. Mota Veiga e Aníbal Alçada.

Passando ao 1º ponto da OT, “**Ratificar a designação, por cooptação, de Francisco José Ascensão Fraga para Administrador, ocorrida em 29 de Agosto de 2003**”, foi a proposta apresentada – de ratificação – aprovada com 2.808 votos a favor e 117 abstenções.

(...)

Seguidamente, entrou-se no 2º. Ponto da OT “**Apreciar, discutir e votar o relatório da gestão e as contas apresentados pelo Conselho de Administração respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003**”

(...)

Feita a votação nominal, cuja lista fica devidamente arquivada, pela Presidente foi anunciado o seguinte resultado: 2.195 votos a favor, 728 votos contra e 2 abstenções.

O Accionista, Engº Afonso Silva, fez uma declaração de voto (...).

Passando ao ponto 3 da OT, que trata da deliberação sobre a **proposta de aplicação de resultados**, obteve-se a seguinte votação: 2.195 votos a favor, 271 votos contra e 459 abstenções.

Entrou-se, seguidamente, no ponto 4 da OT “**Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade durante o exercício em causa**”

(...)

Foram apresentados votos de louvor, um no Conselho de Administração e outro no Conselho Fiscal.

O Accionista, Dr. Mota Veiga pretendeu que se fizesse a votação em cada um dos seus membros. (...) Assim, por votação, não foi entendido pela Assembleia.

(...)

Feita a votação, foi a seguinte: - Voto no Conselho de Administração: 1.022 votos a favor, 776 votos contra e 1.127 abstenções.

Declarações de voto: Dr. Mota Veiga e Engº. Lemos Santos.

Resultado do voto de confiança no Conselho Fiscal: 1948 votos a favor e 977 abstenções.

(...)

Ponto 5 da OT “**Deliberar sobre a autorização para a compra e venda de acções próprias da Sociedade**”.

(...)

Resultado da votação: 2.808 votos a favor e 117 abstenções.

Passou-se ao ponto 6 da OT. Foi entregue a proposta do Conselho de Administração; Foi apresentada uma declaração prévia, com junção de documentos, pelo Accionista, Dr. Mota Veiga.

(...) seguiram-se várias intervenções.

Pela Presidente foi dito que se ia proceder à votação da 1ª. Parte da proposta apresentada pelo C. A . “**ratificação da suspensão dos pagamentos a que o CA procedeu em 13 de Janeiro de 2004**”, tendo informado que, nos termos do Artigo 384º, nº. 6, alíneas b) e d), os Accionistas Engº. Lemos Santos e Dr. Mota Veiga não poderiam votar, assim como anunciou a saída de um Accionista com direito a 1 voto.

Feita a votação desta 1ª. Parte, foi anunciado: 2.029 votos a favor, 182 votos contra e 117 abstenções.

(...) O Accionista, Engº Afonso Silva fez uma declaração de voto.

(...) De seguida passou-se à votação da 2ª. Parte da proposta do CA “**se o CA deve cessar de imediato e definitivamente os pagamentos de pensões de reforma aos ex-administradores, que recebem ao abrigo das deliberações das assembleias gerais de 09/03/1977, 25/10/1986 e 29/03/2003 continuada em 21/06/2003**”, tendo-se registado o seguinte resultado: 1.951 votos a favor, 182 votos contra e 195 abstenções.

(...) Foi apresentado uma declaração de voto pelo Accionista, Engº. Afonso Silva.

(...) Seguiram-se várias intervenções, dos Accionistas, Engº. Lemos Santos, Dr. António Fraga e Dr. Mota Veiga.

(...) Foi apresentado um requerimento a solicitar cópia da acta, nos termos do nº. 2, do Artigo 396º do Código Processo Civil, pelos Accionistas, Engº. Lemos Santos e Dr. Mota Veiga.

(...) (Foram dados os trabalhos por concluídos.)

Manteigas, 6 de Abril de 2004

SOTAVE – SOCIEDADE TEXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A
Pelo Conselho de Administração

Drª. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho